

Heera

Revista de História Econômica
& Economia Regional Aplicada

Heera

História Econômica & Economia Regional Aplicada
Vol.1 nº 1 - Jul. / Dez. 2006



Novas perspectivas sobre o comércio de Anil no Rio de Janeiro Colonial: 1749 - 1820.
Fábio Pesavento

A economia cafeeira e as bases do desenvolvimento no Vale do Paraíba Paulista.
Fabio Ricci

Café e Pecuária em Juiz de Fora: 1896 - 1930.
José Augusto de Souza Destro

Região e Regionalização: Um estudo da formação regional da Zona da Mata de Minas Gerais.
Ricardo Zimbrão Affonso de Paula

Política Social em revista - Brasil e Bahia.
Creomar Batista

A *Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada* é uma publicação da Faculdade de Economia e Administração da Universidade Federal de Juiz de Fora, com periodicidade semestral. Seu objetivo imediato é a criação de um espaço formal de divulgação científica, dando a oportunidade a todos que têm na área seu objetivo de interesse para a publicação e divulgação de seus trabalhos. Por outro lado, a *Revista* constitui em sua própria concepção uma conotação interdisciplinar, indispensável ao aperfeiçoamento dos profissionais da área das Ciências Econômicas e História, além de outros ramos das Ciências Sociais em geral. Por fim, a continuidade e consolidação de pesquisa já realizadas, como é natural em qualquer processo de construção de conhecimento científico, depende da recriação e renovação contínua dos interesses de pesquisadores que venham trazer não apenas novas técnicas de estudo mas talvez principalmente novas abordagens e fontes de pesquisa.

Para Falar Conosco:
(32) 3229 - 3532
revista.heera@ufjf.edu.br
F E A - U F J F
ISSN 1980 - 0185



Novas perspectivas sobre o comércio de anil no Rio de Janeiro colonial: 1749-1820¹

Fábio Pesavento

Doutorando da Pós-Graduação de Economia da UFF

Bolsista CAPES

E-mail: uffpesavento@yahoo.com.br

Resumo: De um modo geral pouco se sabe a cerca das atividades paralelas àquelas consideradas principais (açúcar e mineração, principalmente) na economia colonial brasileira. Por isso, o estudo que se pretende fazer aqui, será o de analisar um importante artigo na pauta de exportação fluminense durante a última metade do século dezoito e início do XIX, o anil ou índigo. A peculiaridade desta atividade reside no fato de ter apresentado um breve desempenho favorável (1779-1807). Os resultados, sugerem que o fim desta atividade se deu, em boa medida, pela falsificação praticada pelos anileiros fluminenses e pela diversificação e/ou substituição praticada pelos anileiros entre o índigo e diferentes culturas.

Palavras chaves: anil, Rio de Janeiro, anileiros.

Abstract: In a general way, little is known about the parallel activities to those considered most important (sugar and mining, mainly) in the Brazilian colonial economy. Hence, this article, intends to analyze an important article among Rio de Janeiro exports during the last half of 18th century and the beginning of the 19th century: the indigo. The mannerism of this economic active reside in fact of the short favourable performace (1779-1807). The results, suggest that the end of this activity in Rio de Janeiro occured, mainly, on one hand, due to falsification practices by indigo growers and, on the other hand, the diversification of cultures if indigo.

Key words: indigo, Rio de Janeiro, manufactories of indigo.

¹ Este artigo é uma versão de Pesavento (2005).

Introdução

De um modo geral pouco se sabe acerca das atividades paralelas àquelas consideradas principais na economia colonial brasileira. Daí, a preponderância de estudos sobre o açúcar, a mineração ou, ainda, a mão-de-obra utilizada nestas. Dessa forma, poucas são as análises encontradas acerca das atividades econômicas “secundárias” que existiam no período colonial brasileiro.

Este argumento já parece ser suficiente para se emaranhar na névoa da atividade econômica marginal. Portanto, o estudo que se pretende fazer aqui toma sentido neste e em outro aspecto: analisar uma nova cultura introduzida, no Rio de Janeiro, pela Coroa Portuguesa – o índigo – entre 1749 a 1820. Sabe-se que a Coroa portuguesa incentivou esta atividade, nos seus primeiros anos (1772-1786), estabelecendo um preço acima do mercado e comprando todo o índigo produzido no Rio de Janeiro. Apesar disto, seu êxito foi relativamente curto (1779-1807).

Diante destes fatos, o presente artigo pretende responder as seguintes questões: aprofundar a análise sobre o desenvolvimento desta atividade no Rio de Janeiro, apontar novos aspectos do seu rápido declínio e, finalmente, observar o impacto – do preço e do fomento promovido pela Coroa portuguesa – sobre o desempenho da produção de índigo fluminense. Com isto, têm-se subsídios para reforçar as conclusões sugeridas para o declínio do anil fluminense.

Para responder tais objetivos, se inicia o artigo realizando um histórico desta atividade econômica tendo como base, principalmente, documentos primários encontrados. Em seguida, apontar antigas e novas perspectivas das eventuais causas do declínio do índigo. Até esta parte do trabalho empregou-se tanto a bibliografia primária quanto secundária (artigos, livros). A fim de tentar mensurar o impacto das políticas governamentais e do preço de exportação sobre as exportações de índigo do Rio de Janeiro, realizaram-se alguns exercícios estatísticos (cliometria). Assim, pretende-se responder a estas questões tanto com o auxílio da documentação encontrada quanto da cliometria.

1. O anil no Rio de Janeiro colonial: 1749-1818

Nesta primeira parte do trabalho, pretende-se tentar aprofundar o esclarecimento sobre a evolução do índigo fluminense. A história deste desenvolvimento mostra pelo menos dois resultados interessantes: forte incentivo da Coroa a esta atividade exportadora e a prática de rotatividade ou substituição entre culturas praticada pelos anileiros do Rio de Janeiro.

Foi no ano de 1749, que o cirurgião francês João Batista Darrigue começou a tentativa de fabricação do anil em terras fluminenses². A ele é atribuída a iniciativa de tentar iniciar a produção, uma vez que apenas identificou a planta do anil nos arredores do Rio de Janeiro. Na verdade, era “(...) mais da simples fantasia para pretender disfructar o que via, do que huá melhor especulação (...)”³. Faltava-lhe o conhecimento mercantil e os recursos necessários que apenas um negociante da praça poderia lhe fornecer. Assim, a fim de dar um caráter comercial a esta “curiosidade”, Darrigue convenceu o ilustre negociante da cidade Manoel da Costa Cardozo⁴ a investir na produção de anil. Para tal, foi erigida uma fábrica de madeira no Engenho Velho, a qual ficou pronta em 1750 com um custo significativo de 16.000 cruzados⁵. Todavia, o insucesso em obter um produto de qualidade, denunciava o despreparo de se produzir o corante tanto do cirurgião, quanto do negociante os quais esbarravam na falta de suporte da Coroa para esta iniciativa. Por isso, “(...) não obstante aplicar as maiores diligencias para conseguir do Reino algum mestre com a precisa inteligencia, (...) resultando em lugar de lucro avultada perda (...)”⁶

Diante do fracasso, a fábrica ficou praticamente abandonada até 1771⁷, quando outro francês (João de Marins) persuadiu Cardozo a tentar novas experiências. Contudo, não obteve, novamente, o retorno esperado, apesar de muito trabalho e de novos investimentos

² Sobre a economia fluminense deste período ver Sampaio (2003), Cavalcanti (2003), Lobo (1970) e (1978), Santos (2004), Barros (1999), Fragoso (1998), Fragoso & Florentino (2001).

³ Luiz de Vasconcelos para Melo e Castro. Rio de Janeiro em 17/01/1785. Arquivo Nacional (AN), códice 68, vol.6, p. 260v.

⁴ Cônego Januário da Cunha Barbosa, *Nota sobre o anil*, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), lata 21, pasta 18 – também participou do investimento o negociante Francisco Xavier de Lima.

⁵ Cônego Januário da Cunha Barbosa, *ob. cit.*

⁶ Luiz de Vasconcelos para Mello e Castro. Rio de Janeiro em 17/01/1785. AN, códice 68, vol.6, p. 260.

⁷ Em 1761 Cardozo anexou terras a *chácara do anil* no valor de 1:430\$000rs. *Revista do Arquivo do Distrito Federal*, vol.2, Jan.1895, p. 216-17.

(a fábrica de madeira cedeu lugar a uma de pedra, por exemplo). O cenário não era animador, pois além das incertezas e dificuldades de se iniciar uma nova cultura, de não se contar com o apoio da Coroa, existia o descaso, “(...) todos ignoravam o seu prestígio, e reputação as antigas experiências como produções fantásticas, e impossíveis de se praticar (...)”⁸

Cardozo já duvidava da capacidade de obter algum retorno de seu investimento. Para que isto ocorresse, procurou, em 1772, Jerônimo Vieira de Abreu, que além de ser irmão de outro importante comerciante do Rio de Janeiro, Manoel Luís Vieira⁹, era amigo particular de Antônio de Oliveira Durão. Depois de alguns experimentos – utilizando-se da experiência de Manoel da Costa Cardozo e fazendo benfeitorias na fábrica – Jerônimo conseguiu extrair um corante de qualidade. Logo trataram¹⁰ de comunicar à Coroa tal feito, pedindo para patentear o processo de preparo em nome de Jerônimo.

Em fevereiro de 1773, “(...) muito antes de se verificarem os seus inventos, procurou imediatamente o meu Antecessor [Lavrado] fazer comunicar a todos, recomendando ao sobredito Jerônimo Vieira encinhar-se as regras, e os preceitos necessários àquelas pessoas, que se quizessem aproveitar desta cultura¹¹.” Com as regras “patenteadas”, Jerônimo tratou de difundir-las. Para isto, espalhou mais de 800 cópias¹² sobre as regras da fabricação do anil, que também foram remetidas para as outras capitanias. Não só estas foram propagadas, mas também sementes do *Indigofera*. Naquela mesma data, Durão e Cardozo ficaram com o privilégio exclusivo de fabricação. Em agosto de 1773, seguindo as determinações da Coroa, e em resposta a carta de fevereiro do mesmo ano, Lavrado designou Jerônimo como inspetor geral das fábricas de anil da Capitania do Rio de Janeiro. Determinou, também, que a Fazenda Real pagasse à vista e em dinheiro, todo o anil produzido ali, ao preço de mil Réis (1\$000) o de primeira qualidade, novecentos Réis (\$900) o de segunda e de setecentos Réis (\$700) o de terceira, por um período, aproximado,

⁸ Luiz de Vasconcelos para Mello e Castro. Rio de Janeiro em 17/01/1785. AN, códice 68, vol.6, p. 260v.

⁹ Alden (1954).

¹⁰ Manoel da Costa Cardozo, Domingos José Henrique de Paiva e Ildelfonso José da Costa. Cônego Januário da Cunha Barbosa, *Nota sobre o anil*, IHGB, lata 21, pasta 18.

¹¹ *Ibidem*, p. 261.

¹² Cônego Januário da Cunha Barbosa, *ob.cit.*

de dez anos. Por último, estabeleceu que nenhum particular poderia comprar o anil produzido¹³.

Se por um lado o estabelecimento de um preço acima do mercado pela Fazenda Real assim como a compra do anil produzido na Capitania do Rio de Janeiro estimulavam o desenvolvimento da cultura do anil, por outro incentivavam a redução dos custos por parte dos anileiros, podendo ocasionar um produto de baixa qualidade (ou a falsificação). Provavelmente por isso que a Coroa delegou a inspeção das fábricas a Jerônimo Vieira de Abreu, evitar a baixa qualidade e a falsificação.

Neste mesmo ano o inspetor das fábricas passa em Andarahy, Lagoa e distritos próximos, para colher sementes e examinar os pés, além de indicar os seus donos¹⁴. Ele era incansável na sua tarefa. Sua dedicação era notável, percorria fazenda a fazenda, casa a casa. Sua presença na sociedade local não estava limitada ao anil. Este possuía mais de seis inventos, entre eles, a máquina de descascar arroz, uma fomalha para poupar lenha, moendas mais ligeiras e a estufa para secar o açúcar. Se tratava de um cidadão “utilissimo ao Estado, e ao publico, pois que seus importantes conhecimentos, se tem devido de vantajosos augmento das fábricas mais importantes desta Capitania (...) com os meios de suavizar em grande parte dos trabalhos mais pezados¹⁵”. O mais impressionante era “que sem já mais tivesse tido premio algum, sendo alias, digno, e pela sua conduta da Real Attenção de Sua Magestade¹⁶”.

Esta intervenção na produção anileira estendeu-se a outras atividades econômicas como a cochonilha (corante extraído de insetos), o linho e o arroz¹⁷. Na verdade, estas medidas de fomento estão inseridas num contexto peculiar. De um lado, existe o crescimento da demanda inglesa por matérias-primas, fruto da Revolução Industrial. De outro, o arrefecimento do ciclo aurífero, revigorando a agricultura. Parece claro que o incentivo da

¹³ Alden (1965), p. 49.

¹⁴ Petições, despachos e outros documentos sobre as invenções de Jeronimo Vieira de Abreu. Rio de Janeiro em 15/11/1773. BN – II, 34,24,9 – p. 9-10.

¹⁵ *Ibidem*, p. 54. Depoimento assinado pelo Doutor Balthazar da Silva Lisboa, Anacleto Elias da Fonseca, Jozé Velho Pereira e Manoel Gomes Cardozo no Rio de Janeiro em 22/10/1793.

¹⁶ *Ibidem*, p. 54.

¹⁷ Ver Wehling (1977).

Coroa ao anil é fruto, em boa medida, destas circunstâncias. Fica nítido, também, que as políticas de fomento agrícolas implementadas pelo Marquês de Lavradio, estavam em consonância com a política pombalina (forte intervenção estatal na economia) implementada durante o período deste estudo pelo Marquês de Pombal¹⁸.

Com o preço assegurado, mas principalmente pela compra garantida pela Coroa, as remessas de anil começaram a chegar para a Fazenda Real, apesar das queixas de Lavradio para com “a preguiça natural dos Americanos”. Pode-se dizer que a dinâmica anileira fluminense seguirá, em boa medida, o grau de confiança que os fabricantes e lavradores têm na Fazenda Real quanto ao pagamento. Sabem que se este ocorrer, o preço será superior ao de mercado, elevando o seu lucro. Cabe ressaltar que, a “tecnologia”, a mão-de-obra empregada, o mercado internacional do anil e os choques externos (guerras, crises econômicas) ou internos (estiagem, peste) representarão peças importantes. Todavia, no momento do lavrador (ou fabricantes) plantar (ou produzir), ele estará observando aquilo que acontece debaixo dos seus pés, e a variável chave para que isto aconteça é o compromisso da Coroa em honrar a sua promessa. Quando isto não acontecer, a produção declinará. Este fato pode estar relacionado à diversificação da produção do lavrador e do fabricante, pois se a Coroa não paga pelo anil eles migram para outras culturas como a mandioca, o milho e o feijão.¹⁹

O processo de incentivo da Coroa parece que resultou em avanços tanto na qualidade como na quantidade produzida. Em 1778, entrou em Lisboa mais 17.000 arráteis e no ano seguinte 113.000²⁰. Portanto, os primeiros passos do anil fluminense estavam dados. De um lado, existiam os fabricantes, de outro, a Coroa tinha a sua política fomentista estabelecida, ou seja, compra do anil pela Fazenda Real a um preço acima do preço do mercado e remessa livre para Portugal do melhor anil. Portanto, encerra-se uma etapa de aprendizado e inicia-se a do progresso desta cultura.

¹⁸ Sobre o período pombalino ver Falcon (1993), Maxwell (1996) e Boxer (2002), p. 190-215.

¹⁹ João Hopman para Lavradio. Rio de Janeiro em 4/05/1780. AN, microfilme n.025.97, Flash 3, rd.42.5 e 42.6. Os resultados estatísticos, realizados em Pesavento (2005), confirmam este argumento.

²⁰ Melo e Castro para Lavradio. Palácio N.S. D’Ajuda em 4/11/1778. Biblioteca Nacional (BN) – I,2,47 – p. 111-12v. Este diz que têm entrado em Lisboa 17.000 arráteis no ano de 1778. 1779: RIHGB, tomo XLVII, 1844, p. 46-51. Ver, a seguir, os resultados dos testes estatísticos.

Luis de Vasconcelos e Souza assume o vice-reinado em 1779. A política fomentista prossegue, porém, queixa-se, de como a falta de pronto pagamento pode arrefecer esta atividade²¹.

Em 1779, a Fazenda Real começou a pagar o anil em dinheiro e os fabricantes voltaram a produzir, fazendo o índigo figurar entre os três primeiros produtos exportados do Rio de Janeiro para Portugal²². Outro aspecto do crescimento desta atividade são as 406 fábricas de anil²³ em diversos distritos do Rio de Janeiro (as evidências, contudo, mostram um número de 60 fábricas²⁴).

O custo para a Coroa manter o pagamento à vista dos anileiros mostrou-se elevado no médio e longo prazo. Em 1781 a dívida da Fazenda Real com eles era de 24:544\$150rs²⁵. Por vezes, os fabricantes deixavam o anil na Fazenda Real, porém saíam desanimados, pois ficavam sem recompensa “pelo esforço de seu trabalho”, uma vez que a mesma estava sem recursos para fazer frente a esta oferta.

Cumprе ressaltar que apesar da falta do pagamento e da “repugnancia d’estes moradores a novas culturas, tantas vezes lamentada”²⁶ a qualidade do anil melhorou. Por isso, Melo e Castro em novembro de 1781, aumenta o preço do anil para mil e duzentos Réis (1\$200) o de primeira sorte, mil Réis (1\$000) para o de segunda e oitocentos Réis (\$800) para o de terceira²⁷.

Em 1782, com os preços recém aumentados e “os fabricantes (...) a perceber o fruto do seu trabalho com o pronto pagamento (...) não duvidaram de restabelecer as suas Fabricas,

²¹ Relatório para o sucessor. Rio de Janeiro. *RIHGB*, vol.23, 1860, p. 188.

²² Memórias publicas e econômicas da cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro para o uso do vice rei Luiz de Vasconcelos, por observação curiosa dos anos de 1779 até o de 1789. *RIHGB*, tomo 47, 1884, p. 46-51.

²³ Relatório para o sucessor. Rio de Janeiro. *RIHGB*, vol.23, 1860, p. 189.

²⁴ Jeronimo Vieira de Abreu. Fábricas de anil que tenho registrado examinado e corrigido em conformidade com a portaria (...). Rio de Janeiro em 08/01/1785. Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa, avulsos RJ, caixa 133, doc.48; caixa 135, doc.32-A.

²⁵ Relatório para o sucessor. Rio de Janeiro. *RIHGB*, vol. 23, 1860, p. 189.

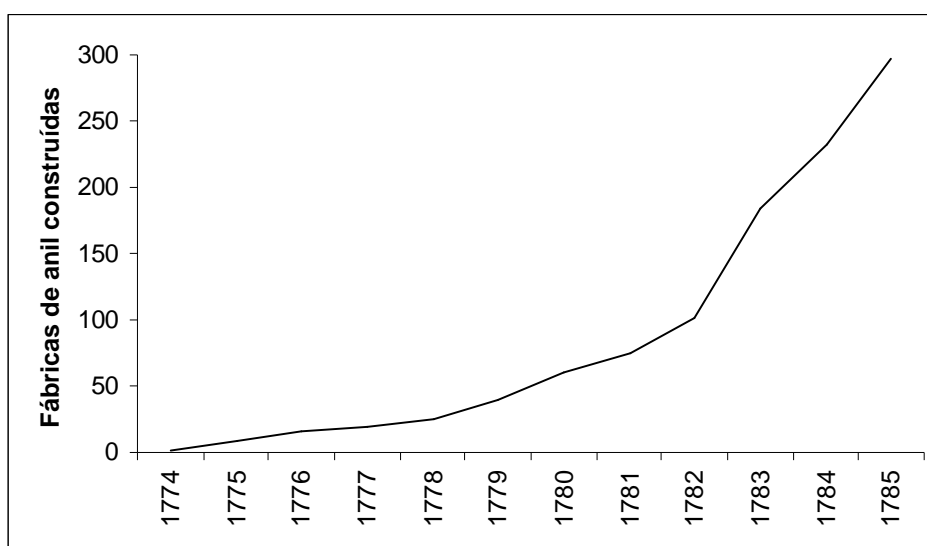
²⁶ *Ibidem*, p. 200.

²⁷ Melo e Castro para Luiz de Vasconcelos. Palácio de Gueluz em 1º/11/1781. AN, códice 67, vol.9, p. 49v.

(...)²⁸. Para tentar por fim às dificuldades financeiras da Fazenda Real, sua Majestade ordena que remeta a Portugal todo o anil que se comprasse nessa Capitania por conta da Fazenda Real. Os mesmos seriam pagos pelo Erario Régio²⁹.

O vice rei conhecia o limite desta determinação, “Vossa Excelencia me participa (...) para evitar o inconveniente do grande desembolso.”³⁰ Todavia, este não ocorreu pois os negociantes da praça do Rio de Janeiro estavam comprando direto dos fabricantes fluminenses³¹. A compra direta dos negociantes do anil produzido pelos fabricantes revela a proporção que esta atividade assumiu no Rio de Janeiro na década de 1780. Se por volta de 1779 tinha-se 60 plantadores/fabricantes, em 1785 existiam 282 fábricas³². Difícil, portanto, seria a tarefa da Fazenda Real fazer frente a esta oferta. As quantidades produzidas anualmente entre 1779 e 1789 somam 4.000 arrobas³³.

Gráfico 1 – Número de fábricas de anil construídas anualmente na Capitania do Rio de Janeiro de 1772 a 1785



Fonte: Idem nota de rodapé 24. Elaboração própria.

²⁸ Luiz de Vasconcelos para Melo e Castro. Rio de Janeiro em 5/8/1782. AN, códice 68, vol.5, p. 209.

²⁹ Melo e Castro para Luiz de Vasconcelos. Palácio de Gueluz em 11/8/1784. AN, códice 67, vol.12, p. 76.

³⁰ Luiz de Vasconcelos para Melo e Castro. Rio de Janeiro em 17/01/1785. AN, códice 68, vol.6, p. 260.

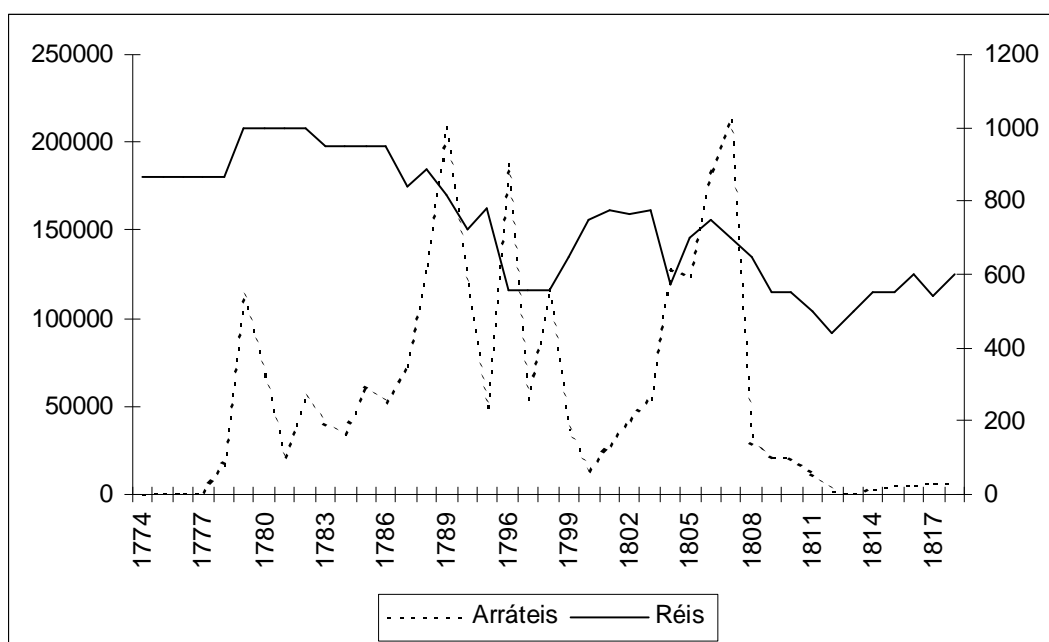
³¹ *Ibidem*, p. 260.

³² *Ibidem*, p. 261v.

³³ Memórias publicas e econômicas *RIHGB*, tomo 47, 1884, p. 49.

Parece que a dinâmica anileira pós 1786 não seria mais a mesma. Se antes a produção estava atrelada ao pagamento da Fazenda Real, agora – considerando as dificuldades em que esta se encontrava e a dimensão que tomou o mercado do anil fluminense – os negociantes “tornam-se árbitros” do mercado. O que se esperava era que os anileiros desanimassem no seu ímpeto produtivo (devido ao preço menor praticado pelos negociantes) fazendo a produção de índigo cair, contudo não é o que se observa até 1807, a exceção de 1800 e 1801. Observe o gráfico 2.

Gráfico 2 – Produção* e preço médio nominal anual do anil: 1774-91, 1796-1818**



Fonte: 1774-75: Alden (1965), nota de rodapé 50, p. 55. 1776: aproximação por AHUL, avulsos RJ, caixa 133, doc.48; caixa 135, doc32-A. 1777: balança de comércio da BN. 1778: BN – I,2,47 – p. 111-12v. 1779: *RIHGB*, tomo XLVII, 1844, p. 46-51. 1780: média simples entre 1779 e 81. 1781: AN, códice 67, vol.9, p. 49v (multiplicado por 6). 1782: AN, códice 68, vol.5, p. 210 (multiplicado por 6). 1783: AN, códice 68, vol.6, p.77 e 167. 1784: AN, códice 68, vol.6, p. 270. 1785: AN, códice 67, v.14, p. 10-16; códice 68, vol.6, p. 301 e 274 e códice 68, vol.7, p. 71. 1786: AN, códice 68, vol.7, p. 71 (aproximação); 1787: Balança de comércio na BN, aproximação. 1788-90: documentos sobre o anil, BN, 26,1,203. 1791: idem 1788-90, porém aproximando. 1796-1807 e 1809-11: Arruda (1980), tabela 78 e 79. 1808, 1812-13 e 1815-18: Balanças de comércio na BN. 1814: média simples entre 1815 e 1813.

*A produção fluminense era, em sua grande maioria, exportada ficando menos de 1% para o mercado local (botica).

** Preço médio anual nominal: média dos preços anuais das três qualidades do anil por arrátel em Réis.

De um modo geral, pode-se dizer que o desempenho razoável do anil fluminense até 1800 e de 1802-1807 consiste num cenário externo favorável, pois as condições internas estavam postas. Diversos aspectos influenciaram neste desempenho: a adoção de uma política de

guerra neutra de Portugal (até 1802), associada ao fomento da indústria têxtil portuguesa. A revolta de São Domingos, iniciada em 1790-92 e prolongada até 1800, as quais desorganizaram este importante concorrente. Somam-se a estas, a Revolução Francesa – envolvendo Inglaterra, França e Espanha – a qual acabou arrefecendo o outro concorrente do anil brasileiro: a Guatemala. Por último, a substituição do anil americano pela cultura do algodão pós 1794. Portanto, os principais concorrentes brasileiros (São Domingos, Guatemala e Carolina do Norte) estavam com suas produções ou sendo substituídas por outras, ou praticamente paradas devido a guerras ou revoltas. Este cenário externo favoreceu a produção de anil fluminense até 1807.

2. O fim do brilho: a queda da produção anileira fluminense, 1808-1818

Nesta segunda parte do artigo, pretende-se apresentar novas e antigas interpretações para o rápido declínio do anil fluminense. Grosso modo, pode-se afirmar que ALDEN (1965), BOXER (2002) e ABRANTES (1852)³⁴ têm o mesmo escólio para explicar o fim desta atividade. Para estes, deve-se à questão exógena, qual seja, a reorganização da produção do anil na Índia pelos ingleses. Boxer avança, apontando uma questão endógena, a pior qualidade do produto produzido no Rio de Janeiro devido ao atraso técnico.

Arno Weling também sugere que a produção indiana arrefeceu a brasileira devido à queda dos preços que esta reorganização provocou. Assim, só quem tivesse “uma alta produtividade, beneficiada por uma política fomentista de vastos recursos, bom padrão técnico e baixo preço de mão de obra, poderia ter condições para competição. Não era este, evidentemente, o caso do Brasil.” (Wehling, 1977:237) Então, a Inglaterra, principal mercado do anil, acabava por suprir a sua demanda via Índia. Porém, no período 1796-1811 quem mais importou anil brasileiro foi Hamburgo (149.861 arráteis) e não a Inglaterra (134.680 arráteis)³⁵. Claro que o mercado inglês era importante, todavia existiam outros

³⁴ Abrantes (1852), p. 42-60. Neste trabalho, o autor sugere que o principal motivo do declínio do anil brasileiro é a revitalização do anil indiano e as contingentes internacionais. Contudo, destaca aspectos secundários como a morte de escravos devido a miasmas quando do preparo do anil e o preço baixo.

³⁵ Arruda (1980), tabela 79.

como o francês, o italiano e o holandês, os quais importaram mais de 230.000 arráteis³⁶ de anil do Rio de Janeiro entre 1796-1811.

Um outro aspecto está relacionado às exportações de Portugal para as nações estrangeiras entre 1815 e 1818, observe o quadro 1 abaixo.

Quadro 1 – Exportações do anil português para as nações estrangeiras: 1815-18**
(em arráteis e em Réis*)

Anos	Da Ásia	Do Brasil	Exportado de Portugal para			
			1º	2º	3º	4º
1815	29.760	12.000	Itália	França	Hamburgo	Holanda
1816*	48.256\$160	20.753\$400	França	Hamburgo	---	---
1817	69.133	7.228	Hamburgo	França	Itália	Áustria
1818*	86.958\$400	34.909\$545	Hamburgo	Áustria	Itália	França

Fonte: Balanças de comércio na BN. ** Exportação de anil e outras drogas.

Este quadro mostra que a produção de anil português asiático (ou seria a revenda do indiano produzido na Ásia pelos ingleses?) é bem superior à brasileira. Isto sugere que os portugueses podem ter preferido investir no anil asiático e deixar a produção brasileira em segundo plano, pois o Brasil tinha outras potencialidades que não o anil (açúcar e café, por exemplo).

É fato que a reorganização do anil indiano colaborou para o declínio do brasileiro, assim como o Bloqueio Continental e o fim do comércio neutro de Portugal. Contudo, existem questões internas que precisam ser levantadas a fim de entender este movimento. Uma delas é de que o anil brasileiro era de qualidade inferior ao indiano, contudo, já em 1785, o índigo produzido no Brasil foi vendido com sucesso num leilão em Lisboa³⁷. Então, as técnicas e o processo de produção até poderiam ser precários, mas não parece ter condicionado a queda do índigo.

O que poderia ter prejudicado a performance do anil produzido no Rio de Janeiro era a baixa credibilidade deste junto ao comprador internacional, visto a prática de falsificação

³⁶ *Ibidem.*

³⁷ Melo e Castro para Luiz de Vasconcelos. Terra de Magos em 6/3/1786. AN, códice 67, vol.14, p. 10-16.

do anil fluminense. Isto era uma preocupação da Coroa, pois manchava a reputação deste produto. Em carta de 1798 para a Mesa de Inspeção do Rio de Janeiro, Rodrigo Coutinho reclama disto, salientando que deixando a falsificação o comércio acabará³⁸. Outro indício deste fato, foi publicado no jornal Gazeta do Rio de Janeiro em 1812³⁹ e em carta do deputado Paulo Fernandes Vianna⁴⁰.

Um outro aspecto interno que pode ter contribuído para o declínio do anil produzido no Rio de Janeiro é o exemplo de Cabo Frio. Nesta cidade existiam 206 fábricas de anil no ano de 1797. Em comparação com outros ramos de comércio, as fábricas de açúcar somavam 19 e as de aguardente 9. A produção de anil alcançou 780 arrobas sendo que já tinham exportado para o Rio de Janeiro mais de 1.500 arrobas por ano. Contudo, diante de uma praga, os anileiros voltaram para as plantações de mandioca, milho, feijão, arroz e, especialidade, para a cana-de-açúcar⁴¹.

A substituição entre culturas, como visto antes (página 6), parece presente no anil e o caso de Cabo Frio é mais um exemplo. Assim, caso o fabricante (ou lavrador) vislumbrasse o fracasso de sua produção (quer seja pela falta de pagamento, baixo preço, melhor preço de um substituto), ele migrava para outra cultura que lhe era conhecida. Este resultado foi corroborado com a análise dos inventários de anileiros fluminenses encontrados no AN⁴².

3. Uma breve análise empírica

Neste ponto do artigo pretende-se responder dois objetivos através do emprego de exercícios estatísticos (cliometria). O primeiro é de observar o impacto do fomento da Coroa (que durou até 1786) no desempenho desta atividade. O segundo é de analisar o peso do preço de exportação do anil nas exportações do índigo fluminense. Estes exercícios têm por objetivo reforçar os resultados encontrados na segunda parte deste artigo.

³⁸ Dom Rodrigo de S. Coutinho para Presidente da Mesa da Inspeção do Rio de Janeiro. Palácio de Gueluz em 25/10/1798. AN, código 67, vol.23, p. 175.

³⁹ Continuação das noções sobre o anil. Jornal Gazeta do Rio de Janeiro em 18/04/1812. BN, obras raras, microfilme pr-sor4, p. 70.

⁴⁰ AN, Junta de Comércio, caixa 418, pacote 3.

⁴¹ Sem autor. Memória histórica da cidade de Cabo Frio e de todo o seu distrito. Sem local em 1797. *RIHGB*, tomo XLVI, 1883, p. 219.

⁴² Ver bibliografia. A diversificação praticada pelos anileiros também foi demonstrado pelos exercícios estatísticos em Pesavento (2005).

Cabe ressaltar que mesmo de maneira introdutória, o auxílio econométrico (cliometria)⁴³ serve como uma ferramenta que pode acolitar na ilustração, ou eventual comprovação de hipóteses *a priori*. Assim, as estimativas têm caráter unicamente demonstrativo e, portanto, devem ser vistas como um indicador. A elaboração das equações a serem estimadas teve, como marco referencial, os fatos vislumbrados na documentação citada. Com isto, pode-se verificar se a análise dos dados aponta na mesma direção que a documentação primária.

As estimativas foram realizadas no software Eviews 4.1, empregando-se mínimos quadrados ordinários (MQO) e mínimo quadrado em dois estágios (MQ2E) utilizando-se da matriz Newey-West para a correção de autocorrelação na matriz de dados⁴⁴. São 45 observações⁴⁵ (1772-91, 1796-1820) todas em logaritmo naturais. As mesmas estão em nível, isto é, I(0) e são estacionárias⁴⁶.

O primeiro objetivo desta terceira parte do trabalho é observar o impacto do fomento da Coroa no desempenho do índigo fluminense durante o período estudado. Com isto, estruturou-se a equação (1) abaixo.

$$Q_t = \alpha + \beta_1 P_{t-1} + \beta_2 D_t + \beta_3 Q_{t-1} + \varepsilon_t \quad (1)$$

Q_t é quantidade de anil exportada no período atual, Q_{t-1} é quantidade de anil exportada no período anterior, P_{t-1} é o preço do período anterior e ε_t é o erro estocástico. Como demonstrado anteriormente, notou-se que a Coroa interferiu no mercado anileiro fluminense até meados de 1786. Assim, D é uma variável *dummy* que de 1772 a 1786 assume o valor 1 (anos de fomento da Coroa no anil) e entre 1787 a 1820, $D = 0$ (“ausência” da Coroa).

⁴³ Sobre cliometria ver Temin (1973) e Feinstein & Thomas (2002).

⁴⁴ Não se utilizou a estatística de *Durbin-Watson*, visto a correção de Newey-West.

⁴⁵ Mesmo não havendo consenso sobre o tamanho mínimo de uma série temporal, Granger e Newbold [(1986, p. 81) *apud* Fava, 2000] sugerem que a série tenha, no mínimo, 40 a 50 observações.

⁴⁶ É o que os testes Kwiatkowski-Phillips-Schmidt-Shin e a análise do correlograma mostraram.

O segundo objetivo a ser respondido é tentar observar qual foi o impacto do preço de exportação do índigo na produção. Com este propósito que se estruturou a equação (2) abaixo.

$$Q_t = \alpha + \beta_1 P_{t-1} + \varepsilon_t \quad (2)$$

Q_t é quantidade de anil exportada no período atual, P_{t-1} é o preço de exportação do índigo fluminense defasado no período passado e ε_t é o erro estocástico. Repare que o preço está defasado em um período. Isto se explica pois é o tempo que o anileiro leva entre o plantio, a colheita e a produção do corante (“tempo de gestação”).

Importante destacar que como os dados estão em logaritmos naturais, os coeficientes (β 's) são as elasticidades da variável independente. Por exemplo, em (2) β_1 é a elasticidade do preço de exportação do anil precedente. A interpretação de β_1 em (2) é: se P_{t-1} aumentar em 1%, quanto % Q_t modifica? Com este exercício pode-se analisar o impacto do preço de exportação do anil sobre a produção. Abaixo os resultados das estimações.

Quadro 2 – Resultado das equações estimadas

Variáveis	Equação (1)	Equação (2)
Constante (α)	-11,87*	-5,29**
Q_{t-1}	0,69*	---
P_{t-1}	2,32*	2,35***
D_t	-0,66**	---
R^2 ajustado	0,75	0,11

*Significativo a 1%, **Significativo a 5%, ***Significativo em 10%.

Primeiramente todos os coeficientes estimados são significativos. O resultado de (1) indica o pequeno impacto da presença da Coroa (-0,66) no desempenho exportador anileiro. Este resultado não deixa de ser curioso, pois, como se observou anteriormente, as políticas de fomento iniciadas pelo Marquês de Lavradio fez com que as exportações de anil fluminense, em poucos anos, alcançasse um patamar razoável. Mas, se por um lado a variável *dummy* (D_t) mostrou um pequeno impacto sobre as exportações, o mesmo não ocorre com a variável P_{t-1} . Tanto na equação (1) como na (2) percebe-se um forte impacto na produção, qual seja, para um aumento de 1% no preço precedente do anil (P_{t-1}), tem-se

um aumento de 2,32% na produção de anil atual (Q_t). Deve-se lembrar que o preço (até 1786) estava acima do que era praticado pelos negociantes, uma vez que esta medida (preço assegurado) estava dentro do rol de medidas praticadas pelos vices reis para o fomento do anil fluminense.

Outro resultado que parece fortalecer o impacto do governo nas exportações de índigo do Rio de Janeiro é o coeficiente de correlação (R^2) encontrado em (1), isto é, 75% da produção de anil atual (Q_t) é “explicada” pelo preço precedente do anil (P_{t-1}), pela exportação anterior de anil (Q_{t-1}) e pela Coroa (D_t). Já o coeficiente de correlação (R^2) da equação (2) é de 0,11, ou seja, o preço precedente de anil “explica” 11% da produção atual de anil. Portanto, quando se retira a variável Coroa (D_t) e a produção anterior de índigo (Q_{t-1}), o coeficiente de correlação cai consideravelmente, o que sugere o impacto das políticas de fomento e do sucesso da produção passada exerce sobre o desempenho da produção futura. Assim, caso o anileiro vendesse a sua produção ele, provavelmente, continuaria no cultivo desta cultura. Isto sugere que quando o anileiro recebia no momento da entrega do anil, este prosseguiria na sua produção.

Portanto, parece que os resultados sugerem que a política de fomento e o preço de exportação exerciam impacto sobre a produção. Desta maneira, a documentação primária encontrada aponta na mesma direção que os exercícios estatísticos realizados nesta última parte do trabalho. Importante que se faça isto a fim de aprofundar e reforçar os objetivos.

Conclusão

O esforço que se fez até aqui, foi no sentido de tentar recuperar a importância das atividades econômicas “secundárias”, assim como avançar – mesmo que de maneira introdutória – na pesquisa sobre as características da economia fluminense entre a segunda metade do século XVIII e início do XIX.

Do exposto, pode-se dizer que embora o anil dependesse dos mercados e dos choques externos, existiam peculiaridades históricas internas (como a falsificação e a substituição/rotatividade de culturas) que contribuíram para o seu declínio.

O anil poderia ter desempenhado um papel de destaque por mais alguns anos, visto que existiam outros países, excluindo-se a Inglaterra, que demandariam o anil brasileiro. Contudo, parece que esta não era a intenção da Coroa, observado o cenário externo (produção de anil na Ásia) e interno (potencial de outras culturas como o açúcar e o café), tampouco dos produtores de anil (visto o ganho com o plantio de outras culturas pois existia rotatividade entre estas) e menos ainda dos compradores internacionais em face da falsificação.

As conclusões sugeridas neste trabalho para o fim do anil fluminense foram apontadas não só pela exegese da documentação encontrada, como também pela análise dos dados com o suporte econométrico. Portanto, a metodologia empregada procurou abranger ambos os aspectos, quando, geralmente, as análises ficam restritas ao estudo das fontes ou dos dados. Aqui, tentou-se avançar neste sentido, incorporando novos aspectos (cliometria) a fim de elucidar nosso objeto.

Referências Bibliográficas

Fontes Primárias

Arquivo Nacional (AN)

Códices: 67 vol. 4,5,6,9,12,14,21,23; 68 vol. 5-7; 69 vol. 2; 537 vol. único.

Microfilmes: n. 025.97 flash 3, rodo 42.5-42.6.

Inventários: Domingos Gonçalves Gago, n. 3467, caixa 3874; Francisco de Macedo Freire, n.1297, caixa 4136; José Teixeira, n. 8635, maço 451; Francisco Antunes Suzano, n. 96, caixa 6831; Manoel Antunes Suzano, n. 22, caixa 3629; Manoel da Costa Cardozo, códice 67, vol. 21, p. 108. Thereza de Jesus, n. 8667, maço 453.

Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa (AHL)

Conselho Ultramarino, Brasil, Rio de Janeiro, caixa 123, doc. 9937.

Biblioteca Nacional (BN)

Balanças de Comércio dos anos 1787, 1796 a 1813, 1815-18.

Collecção Chronológica da Legislação Portuguesa – obras raras – E, 1, 1-10 – verso. 6.

Documentos sobre o anil: 26, 1, 203.

Duarte Ribeiro de Macedo. Discurso sobre os gêneros para o comércio – 1, 1, 13 – n. 2. Gazeta do Rio de Janeiro, obras raras, microfilme pr-sor4, p. 70.
Jeronimo Vieira de Abreu. Brevíssima instrução para uso dos fabricantes de anil nas colônias de Sua Majestade Fidelíssima. 5,1,5.
Melo e Castro para Lavradio. Palácio N.S. D’Ajuda em 4/11/1778 – I,2,47.
Petições, despachos e outros documentos sobre as invenções de Jeronimo Vieira de Abreu. II, 34,24,9.
Portaria de 8/1/1783. Rio de Janeiro: II,34,24,9.

IHGB

Arq. 1.2.36, Conselho Ultramarino – Évora – Tomo XVII – p. 64.
Arq. 1.2.24, Conselho Ultramarino – Évora – Tomo V – p. 134, p. 142 verso-143.
Arq. 1.2.25, Conselho Ultramarino – Évora – Tomo VI – p. 136.
Arq. 1.2.25, Conselho Ultramarino – Évora – Tomo VI – p. 231-31 verso.
Arq. 1.2.26, Conselho Ultramarino – Évora – Tomo VII – p. 83.
Arq. 1,1,12, Conselho Ultramarino – vol. 12 – tomo 2, p. 69-71, 84, 108, 109-10, 111-12.
Arq. 1,1,12, Conselho Ultramarino – vol. 12 – tomo 2, p. 111-12.
Lata 21, pasta 18.
Lata 280, pasta 10, p. 1-2.
Lata 210, pasta 10, documento 25.
Lata 443, pasta 13.

Fontes Secundárias

ABRANTES, Visconde de. Qual a origem da cultura e commercio do anil entre nós e quaes as causas do seu progresso e da sua decadencia. **RIHGB**. tomo 15, 1852:42-60.

ALDEN, Dauril. Manoel Luís Vieira: An entrepreneur in Rio de Janeiro during Brazil’s eighteenth century agricultural renaissance. **The Hispanic American Historical Review**. n.4, nov.1954:521-37.

_____. The growth and decline of indigo production in colonial Brazil: study in comparative economic history. **Journal of Economic History**. vol.25, n.1, 1965:35-65.

_____. O período final do Brasil colônia, 1750-1808. In BETHELL, Leslie. **História da América Latina: a América Latina colonial**. São Paulo: Edusp. 1999, vol.2.

ARRUDA, José J. de Andrade. **O Brasil no comércio colonial**. São Paulo: Atica. 1980.

BARROS, Edval de Souza. Aquém da fronteira: mercado de terras na Capitania do Rio de Janeiro, 1720-1780. **III Congresso Brasileiro de História Econômica**. Curitiba. 1999.

BETHELL, Leslie. **História da América Latina: a América Latina colonial**. São Paulo: Edusp. 1999, vol.1-2.

BERGARD, Lair W. **Escravidão e história econômica: demografia de Minas Gerais, 1720-1888**. São Paulo: Edusc. 2004.

BOXER, Charles. **O Império marítimo português: 1415-1825**. São Paulo: Cia das Letras. 2002.

CAVALCANTI, Nireu Oliveira. **O Rio de Janeiro setecentista: a vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da Corte**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2004.

COARACY, Vivaldo. **O Rio de Janeiro no século XVII**. Rio de Janeiro: José Olimpo. 1944.

D'ALMEIDA, D. José. **Vice-Reinado de D. Luiz D'Almeida Portugal**. São Paulo: Cia Editora Nacional. 1942.

FRAGOSO, João. **Homens de grossa ventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro, 1790-1830**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1998.

FRAGOSO, João & FLORENTINO, Manolo. **O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2001.

FALCON, Francisco. **A época pombalina: política econômica e monarquia ilustrada**. São Paulo: Ática. 1993.

FAVA, Vera Lúcia. **Metodologia de Box-Jenkins para modelos univariados**. In: Manual de econometria, São Paulo: Atlas. 2000:205-30.

FEINSTEIN, Chales H. & THOMAS, Mark. **Making History Count: a primer in quantitative methods for historians**. Cambridge: Cambridge University Press. 2002.

GOUVÊA, Maria de Fátima; FRAGOSO, João; BICALHO, Fernanda (org.). **Antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2001.

GRANGER, C.W.J. Investigating causal relations by econometric models and cross-spectral methods. **Econometrica**. vol.37, n.3, 1969:424-38.

JOHNSON JR, Harold B. A preliminary inquiry into money, prices, and wages in Rio de Janeiro, 1763-1823. In Dauril Alden. **Colonial roots of modern Brazil: papers of the Newberry library conference**. Berkeley: University of California Press. 1973.

LOBO, Eulália Maria L. Rio de Janeiro e Charleston, S. C.: as comunidades de mercados no século XVIII. **Journal of Inter-American Studies and World Affairs**. Vol.12, n.4, oct., 1970:25-45.

_____. **História do Rio de Janeiro: do capital comercial ao capital industrial e financeiro**. Rio de Janeiro: IBMEC. 1978, vol.1.

MAXWELL, Kenneth. **A Devassa da Devassa: a Inconfidência Mineira: Brasil e Portugal: 1750-1808**. São Paulo; Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1973.

_____. **O paradoxo do Iluminismo**. São Paulo: Cia das Letras. 1996.

PEDREIRA, Jorge. **Os homens de negócio da Praça de Lisboa de Pombal ao Vintismo (1755-1822): diferenciação, reprodução e identificação de um grupo social**. UNL: Lisboa. 1995. Tese de doutoramento.

PESAVENTO, Fábio. **O azul fluminense: o anil no Rio de Janeiro colonial, 1749-1818**. Niterói: PPGE-UFF. 2005. (Dissertação de mestrado).

SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. **Na Encruzilhada do Império: hierarquias sociais e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro (c.1650 –c.1750)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. 2003.

SANTOS, Corcino Medeiros dos. **O Rio de Janeiro e a Conjuntura Atlântica**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura. 2004.

SCHWARTZ, Stuart. **Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial**. São Paulo: Companhia das Letras. 1988.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira. **Morfologia da escassez**. Niterói: PPFH/UFF. 1990. (Tese de doutorado).

TEMIN, Peter (org.). **New Economic History**. Middlesex: Penguin Books. 1973.

VASCONCENLOS, Marco A. S.; DENISARD, Alves (org). **Manual de econometria**. São Paulo: Atlas. 2000.

WEHLING, Arno. O fomentismo português no final do século XVIII: doutrinas, mecanismos, exemplificações. **RIHGB**. vol.316, jul.set. 1977:170-279.

WEHLING, Arno & WEHLING, Maria José C. de. **Formação do Brasil colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1994.